

EDITORA



UnB

Profissionalidade docente na Educação Profissional

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva
Shirleide Pereira da Silva Cruz
(org.)



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Sely Maria de Souza Costa
Verônica Moreira Amado



Profissionalidade docente na Educação Profissional

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva
Shirleide Pereira da Silva Cruz
(org.)



Coordenação de produção editorial
Preparação e revisão
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Alexandre Vasconcellos de Melo
Wladimir de Andrade Oliveira

© 2018 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Esta obra foi publicada com recursos provenientes do Edital DPI/DPG nº 2/2017.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

P964 Profissionalidade docente na educação profissional / Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva, Shirleide Pereira da Silva Cruz (org.). - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2020.
228 p. ; 23 cm. - (Pesquisa, inovação & ousadia).

ISBN 978-65-5846-039-8

1. Educação profissional. 2. Professores - Formação. I. Silva, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da (org.). II. Cruz, Shirleide Pereira da Silva (org.). III. Série.

CDU 377

Sumário

Apresentação	11
--------------------	----

Parte 1 – Bases teórico-conceituais da profissionalidade docente

Sobre a profissionalidade docente: dimensões de análise do trabalho e formação para a Educação Profissional	17
---	----

Shirleide Pereira da Silva Cruz

1. Introdução	17
---------------------	----

2. Sobre o conceito de profissionalidade docente: apontamentos analíticos do contexto da Educação Profissional	20
--	----

3. Sobre a profissionalidade como expressão da socialização profissional.....	26
---	----

4. A profissionalidade docente como modelo social para a profissão de professor	27
---	----

5. Dimensões constitutivas da profissionalidade docente na Educação Profissional	32
--	----

Descritores de profissionalidade para a Educação Profissional e Tecnológica	37
---	----

Cristiane Jorge Bonfim

1. Introdução	37
---------------------	----

2. Professor da Educação Profissional, profissão e profissionalidade: algumas relações.....	40
---	----

3. Conclusão	49
--------------------	----

Parte 2 – A produção acadêmica sobre o professor da Educação Profissional: analisando a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

A relação trabalho e formação docente na Educação Profissional: uma análise da produção acadêmica no contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica **57**

Shirleide Pereira da Silva Cruz

1. Introdução **57**
2. O trabalho e a profissionalidade docente na Educação Profissional: o que dizem os estudos **60**
3. Sínteses e considerações **67**

Profissionalidade docente de bacharéis na Educação Profissional e Tecnológica: uma análise dos periódicos Qualis/Capes **75**

Lourenço Silva Teixeira, Janaína Tôrres Rocha, Hosineide de Freitas Resende e Diana Souza Lima

1. Introdução **75**
2. Sobre o “professor bacharel” na Educação Profissional: o que dizem as pesquisas **77**
3. Algumas considerações **85**

Análise da produção na ANPEd, no ENDIPE e no Colóquio Nacional “A Produção do Conhecimento em Educação Profissional sobre o professor da Educação Profissional” **91**

Janaína Tôrres Rocha e Shirleide Pereira da Silva Cruz

1. Introdução **91**
2. Análise da produção nos eventos científicos sobre o professor da Educação Profissional **95**
3. Considerações finais **103**

Verticalização nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: estado do conhecimento.....**107**

Blenda Cavalcante de Oliveira

1. Introdução **107**

2. O trabalho docente na verticalização **109**

3. Algumas conclusões..... **120**

Professores iniciantes na Educação Básica e Tecnológica: o caso do PROEJA no Instituto Federal de Brasília **127**

Hosineide de Freitas Resende e Shirleide Pereira da Silva Cruz

1. Introdução **127**

2. Apontamentos sobre a produção relacionado ao professor iniciante na Educação Profissional **130**

3. Diálogos com quem inicia a carreira docente no PROEJA..... **135**

4. Conclusões **137**

Parte 3 – Analisando o contexto do Instituto Federal de Brasília e a construção da profissionalidade docente na Educação Profissional

Perfil docente e atuação na Educação Profissional e Tecnológica: um estudo do Instituto Federal de Brasília **143**

Amanda Oliveira de Faria Junqueira, Karina Lie Sato Iatomi, Júlia Faraj Benn e Mônica de Araújo Santos

1. Introdução **143**

2. Perfil de professores do Instituto Federal de Brasília: aspectos do ingresso e atuação na carreira docente **148**

3. Sobre a atuação profissional no Instituto Federal de Brasília **150**

4. Algumas considerações **154**

Apontamentos sobre o perfil dos respondentes dos questionários aplicados aos professores do Instituto Federal de Brasília.....157

Bárbara Luisa de Moura, Denize Oliveira Rodrigues Sodré, Jaqueline Alves Rodrigues da Silva, Quérem Dias de Oliveira Santos e Nathália Cassettari

- 1. Introdução 157
- 2. Perfil dos professores 158
- 3. Considerações finais 165

Dimensão política da profissionalidade docente na Educação Profissional: algumas reflexões.....169

Ingrid Louize Santos e Shirleide Pereira da Silva Cruz

- 1. Introdução 169
- 2. Considerações finais 176

Conhecimentos docentes necessários à formação e atuação na Educação Profissional: reflexões de docentes do Instituto Federal de Brasília..... 181

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva, Shirleide Pereira da Silva Cruz, Claudirene Santos Brito e Sara Raquel Nunes Rodrigues

- 1. Introdução 181
- 2. Formação de professores para a Educação Profissional e a construção da profissionalidade docente..... 182
- 3. Conhecimentos necessários para Educação Profissional: o que dizem os professores 185
- 4. Considerações finais 192

A Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) na Educação Profissional no Instituto Federal de Brasília.....199

Kézia Andrade Silva Braga, Ana Carolina Sousa Uchôa, Mirian Aguiar Oliveira e Ana Sheila Fernandes Costa

- 1. Introdução 199

2. Sobre a profissionalidade docente: abordagem conceitual.....	200
3. A Organização do Trabalho Pedagógico (OTP): aspectos quanto ao planejamento da ação docente	203
4. Apontamentos da Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) no Instituto Federal de Brasília: o que dizem os professores.....	204
5. Considerações finais	211

**Formação continuada de docentes na Educação Profissional:
analisando aspectos da construção da profissionalidade213**

Graziela Soares Grimm, Waldilene Santos do Nascimento, Raimundo Antonio Rodrigues de Oliveira, Shirleide Pereira da Silva Cruz e Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva

1. Introdução	213
2. Profissão, profissionalidade docente e formação continuada.....	214
3. A formação continuada na visão dos professores da Educação Profissional	219
4. Algumas considerações	225



Parte 2

A produção acadêmica sobre
o professor da Educação
Profissional: analisando a
Rede Federal de Educação
Profissional, Científica e
Tecnológica



Verticalização nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: estado do conhecimento

Blenda Cavalcante de Oliveira

1. Introdução

A partir de 2008, observa-se uma alteração e expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em todo o país apoiada na transformação das antigas Escolas Técnicas Federais. Essas escolas, a exemplo dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), escolas agrotécnicas e escolas vinculadas a universidades, em sua maioria, deixaram de existir para se transformarem em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, também conhecidos somente como Institutos Federais (IFs). Essa transformação significou a expansão¹ da Educação Profissional (EP), uma vez que as escolas técnicas federais, muitas delas centenárias, tiveram a sua estrutura administrativa reorganizada, transformadas em IFs e novas unidades

¹ No período de 1909 a 2002 havia 140 escolas técnicas no Brasil. Entre 2003 a 2014 foram adicionadas 214 escolas a esse número, além de outras escolas que foram federalizadas. Atualmente, há 562 escolas em atividade no país formando a RFEPECT. A Rede Federal conta, além dos 38 IFs, com outras escolas que não aderiram ao modelo de IF, tais como dois CEFETs, 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica.

descentralizadas, chamadas de campus, foram criadas em todos os estados brasileiros, contemplando regiões onde antes não havia educação profissional pública federal. Todas essas mudanças foram resultado de um processo político, histórico e social, culminado na Lei n.º 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), conhecida como Rede Federal, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Conforme a referida lei de criação dos IFs, na Seção II que trata das finalidades e características dos IFs, em seu Artigo 6º, destacamos o inciso: “III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão”. (BRASIL, 2008). Assim, verticalização é uma característica dos IFs que possibilitaria a otimização dos seus recursos, inclusive humanos. O conceito de “otimização” pode ser encontrado no dicionário² da Língua Portuguesa, significando tornar “ótimo”. “Ótimo” é o adjetivo superlativo absoluto sintético de “bom”, ou seja, “o melhor possível”. Na biologia significa o ponto onde se obtém melhor resposta a um estímulo ou conjunto de condições de meio que sejam as mais favoráveis à realização de diversas funções, isto é, obter o melhor desempenho possível de um sistema, segundo critérios de funcionamento previamente definidos. No caso dos IFs, o conceito de otimização foi aplicado à educação, no qual os critérios de desempenho são a realização dos seus múltiplos objetivos, finalidades e características, em conformidade com a sua lei de criação.

Por essa característica de verticalização, os professores dos IFs defrontam-se em seu trabalho com as distintas especificidades que envolvem o ensino na Educação Básica, na ETP, além do desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão. Essas são características da verticalização, que por um lado oferece aos estudantes dos IFs a possibilidade de traçar um itinerário formativo que vai da Educação Básica ao nível superior e, por outro, leva o corpo docente a realizar

² Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>.

ensino, pesquisa e extensão em diferentes níveis e modalidades de ensino, simultaneamente. Tais atributos dos IFs nos levam a entender que há implicações para o trabalho docente, visto que é exigida dos professores uma atuação polivalente, com indicativos, nos recentes estudos que integram o presente estado do conhecimento de sobrecarga de atividades e justaposição de tarefas.

Compreender o trabalho do professor no contexto dessa nova instituição é aprender as totalidades que envolvem as características próprias do trabalho docente, a historicidade e a política de expansão da EP, que resultou na reorganização de antigas escolas federais, na criação dessas recentes instituições educacionais e os encadeamentos resultantes da verticalização no trabalho dos professores e professoras que atuam no EP.

Com essa intenção, apresentamos o estado do conhecimento referente ao trabalho docente no contexto da verticalização nos IFs, a partir do levantamento de estudos acerca da temática que resultou em teses, dissertações, artigos e trabalhos científicos que tratam da verticalização, do trabalho docente e da política que criou os IFs sob diversos pontos de vista e abordagens teóricas, contribuindo para a construção desta investigação.

2. O trabalho docente na verticalização

O tema do trabalho docente na verticalização da EP é bastante recente, pois teve seu início formal a partir do final do ano 2008 com a lei de criação dos IFs e, portanto, trata-se de um assunto ainda com pouco estudo a respeito. Esses estudos, por tratarem de uma política com menos de uma década de existência, têm outra característica em comum, além da parca quantidade: é o fato de serem análises iniciais sobre o tema. Por si só, esse fato sugere a necessidade de aprofundamento. Ao mesmo tempo, os trabalhos indicam tendências no âmbito dos IFs, na medida em que algumas categorias de conteúdo se repetem.

Para este levantamento utilizamos a “verticalização” como palavra-chave, principal nos filtros de busca, combinada com os termos “Educação Profissional”, “Institutos Federais” e “Trabalho docente”. Essas palavras-chave se justificam pelo tema da pesquisa, ou seja, compreender a totalidade do trabalho docente no contexto da verticalização da EPE promovida pelos IFs. O recorte temporal do levantamento sobre o conhecimento produzido a respeito da verticalização teve foco no intervalo de 2009³ a 2015, por se tratar do período de efetiva atuação dos IFs. Analisamos aqui cinco teses e dissertações, três artigos e três trabalhos publicados em eventos de divulgação científica.

A pesquisa de doutorado de Elbo Lacerda Ramos, intitulada *Consensos e dissensos em torno da alteração do centro de atuação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de origem agrícola: representações do trabalho docente*, defendida no ano de 2011, trata do processo histórico de criação dos IFs, neste caso específico um IF oriundo de uma escola agrícola. O autor desenvolve sua pesquisa baseado nas representações desses docentes que viveram a transição e se veem diante de uma nova institucionalidade vinda a partir da verticalização. O pesquisador enfatiza ainda que, como consequência da transição de escolas federais para IFs, houve uma mudança quanto à questão da pesquisa científica. Os IFs passam a ser produtores de conhecimento, porém “há uma propensão a constituir um mandato que remete a uma visão puramente ancorada na perspectiva da direção ‘correta’ e incontroversa da ciência e tecnologia como estruturas desprovidas de ideologia e de direções humanas”. (RAMOS, 2011, p. 131). Esse tipo de pesquisa, em consonância com o Estado Gerencial, leva os professores a serem, inclusive, responsáveis pela captação de recursos para o custeio da realização de atividades formais extraclasse. O pesquisador finaliza enfatizando

³ Apesar de a lei de criação dos IFs datar de 2008, sua publicação aconteceu em dezembro daquele ano, sendo a legislação formalmente posta em prática a partir de 2009. Esse marco temporal é importante, pois é na lei de criação dos IFs que consta pela primeira vez o termo “verticalização” como uma característica dos IFs.

que, pela configuração da verticalização, há a necessidade de superar a representação compartimentada da EP de nível médio, técnico e superior e “criar um ambiente onde o trabalho docente seja valorizado pela própria essência do trabalho docente” (RAMOS, 2011, p. 137); ou seja, um trabalho autônomo.

A segunda tese de doutorado analisada é a de Priscila de Lima Verdum, com o título *Formação inicial de professores para Educação Básica, no contexto dos IFs: propondo indicadores de qualidade, a partir de um estudo de caso no IFRS*, defendida em 2015. Nessa tese, a verticalização é explorada como característica dos IFs, que, de acordo com a sua lei de criação, devem destinar 20% das suas vagas para os cursos de licenciatura. A autora destaca o fato de os IFs terem pouca ou nenhuma experiência na formação de professores, e defende a tese de que os “IFs com estrutura verticalizada de ensino, aliada à tríade ensino, pesquisa e extensão, podem ser um meio profícuo para a formação dos docentes, se concebidas e planejadas ações estratégicas que considerem as características das suas licenciaturas e do seu contexto institucional”. (VERDUM, 2015, p. 7).

A característica da verticalização do ensino foi enfatizada positivamente pela pesquisadora, tendo em vista seu potencial para proporcionar processos de formação docente inovadores e com “qualidade”. Nessa pesquisa, a verticalização é tratada como um desafio aos IFs, pois esse modelo de instituição representa um “largo espectro de atuação (atuação em diferentes níveis, necessidade de elaborar e articular diferentes planos pedagógicos), e envolvimento em diferentes programas”. (VERDUM, 2015, p. 210).

A pesquisa de mestrado de Joaquim Rufino Neto, com o título *A missão institucional do campus Crato do IFCE: percepção da comunidade escolar sobre os avanços e desafios para desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão em um novo projeto de sociedade*, defendida em 2012, trata do papel das escolas técnicas federais e a sua transição para o modelo dos IFs a partir do estudo de caso do campus Crato/CE. O campus em questão tinha “mais de 40 anos” de experiência no EP quando iniciou o chamado processo de “ifetização” em 2010, e a instituição

teve a “incumbência de desenvolver pesquisa e extensão, em similaridade com as universidades”. (RUFINO NETO, 2012, p. 2). Kuenzer (2010, p. 862) compara, ao longo da pesquisa, o discurso oficial sobre o que se espera das atribuições e características dos IFs, entre elas a verticalização do ensino, a pesquisa aplicada e a extensão, e o que, de fato o campus desenvolve dentro dos seus avanços e dificuldades. Destaca o caráter “multifuncional” dos IFs, ou seja, em um curto espaço de tempo, em função da verticalização, a Instituição passou a receber um público muito diverso, enfatizando que a verticalização “supõe que um mesmo profissional (o docente) pode atender todas estas demandas e públicos diferenciados”. (RUFINO NETO, 2012, p. 18). Questiona essa possibilidade e se os docentes estariam realmente preparados para tal, visto que o recém-criado IF agora tinha um acúmulo de diversas novas atribuições.

O pesquisador conclui afirmando que os desafios para a efetivação do projeto de IF são enormes, tanto pela falta de recursos humanos e materiais quanto pelo processo acelerado e pela falta de clareza “das consequências de aderir às propostas dos documentos oficiais como estão postos”. (RUFINO NETO, 2012, p. 53). O autor indica que os IFs podem se limitar a cumprir demandas ou realizar “pseudo” ensino, pesquisa e extensão apenas para dar respostas superficiais às diretrizes que foram impostas.

A pesquisa de mestrado de autoria de Maria Regina da Silva Fernandes tem o título *O processo de verticalização da Educação Profissional e Tecnológica e suas implicações na qualidade do trabalho dos docentes do Campus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha*, foi defendida em 2013 e trata da verticalização nos IFs e as implicações para o trabalho docente. Segundo a pesquisadora, “a verticalização pode exercer influências decisivas nos métodos e técnicas de ensino, na construção e desenvolvimento dos currículos”. (FERNANDES, 2013, p. 28). A partir de um resgate histórico, a autora relembra que a verticalização teve início nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), com a gradual oferta de cursos de nível superior. De acordo com a autora, em termos de organização curricular, a verticalização prevê a interação entre vários níveis de ensino e o diálogo entre os conhecimentos

científicos e o trabalho. Sua proposta é a de superação da escola dual e fragmentada e busca uma nova identidade para o Ensino Médio, última etapa da Educação Básica. A autora enfatiza que a verticalização não envolve apenas o ensino, visto que a pesquisa e a extensão também devem acontecer em todos os níveis oferecidos pelos IFs. A autora diz que, “Diante dessa pressão, o docente acaba realizando uma atividade fragmentada e, com isso, não consegue cumprir tantas e diferentes tarefas de forma simultânea, o que implica alienação, privações de convívio, problemas sociais, angústia e auto cobrança constante”. (FERNANDES, 2013, p. 43).

De acordo com Fernandes (2013), muitos professores prestam o concurso para os IFs sem estarem preparados para a realidade que irão enfrentar, muitas vezes não tendo experiência nem formação para atuar nos diversos níveis, nem na pesquisa, nem na extensão.

A pesquisa de mestrado de Sandra Lúcia Gonçalves, intitulada *A expansão da rede de educação profissional, científica e tecnológica: implicações nas relações e condições de trabalho no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás*, foi defendida em 2014. Gonçalves analisa a expansão e a reconfiguração da EP no Brasil e as implicações nas relações e condições de trabalho no Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Estado de Goiás (IFG). A pesquisadora afirma que há semelhanças entre o trabalho que os docentes desenvolvem no Instituto com o trabalho realizado pelos docentes universitários, porém os docentes dos IFs têm a pressão das demandas do mercado e o estímulo à pesquisa aplicada. No estudo, é destacada a questão da dificuldade em fixar os trabalhadores docentes em campus menores e interioranos do IFG, resultando na desistência de alguns professores em atuar em determinadas localidades, uma vez que os professores parecem preferir trabalhar nos grandes centros urbanos. A autora conclui a pesquisa enfatizando que a política de expansão da EP no Brasil, atendendo às diretrizes de organismos internacionais, “têm impactado não só na relação público e privado, mas também a natureza e as relações de trabalho daqueles que atuam nessa modalidade de educação”. (GONÇALVES, 2014, p. 176).

Sobre os artigos científicos, Celso João Ferretti (2011) publicou “Problemas institucionais e pedagógicos na implantação da reforma curricular da educação profissional técnica de nível médio no IFSP”, em 2011, que trata da reforma curricular na EP e questiona a possibilidade dos IFs realizarem a educação politécnica na perspectiva marxiana. O autor inicia o trabalho pautando a criação dos IFs nos discursos oficiais e no destaque que o Ensino Médio Integrado tem nesse cenário como o local adequado para a politecnia. O discurso oficial indica que dessa forma haveria a superação da oposição entre ensino propedêutico e ensino profissionalizante. Porém, apoiado em Kuenzer (2010, p. 862), o autor afirma que essa dicotomia é mais profunda e não se revolveria no plano da educação, pois está fundada na dicotomia entre capital e trabalho, novo regime de produção flexível. Ferretti afirma que na “[...] perspectiva hoje concretizada, a educação profissional e tecnológica constitui-se no itinerário formativo verticalizado que tem seu horizonte ampliado para o pós-doutorado” (FERRETTI, 2011, p. 791); e esse itinerário pode ser percorrido em uma única instituição pública – o IF.

O autor destaca o papel dos professores no momento da transição entre o antigo e atual modelo de EP trazido pelos IFs. O pesquisador coloca os docentes não como meros executores de política formulada por terceiros, mas se houver coletividade e apropriação da política pela escola e grupos de professores seria possível realizar algumas escolhas, mesmo limitadas. O processo histórico do Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Estado de São Paulo (IFSP) revela se tratar de uma instituição antiga, com tradição vinda do CEFET, que já realizava a verticalização do ensino e trabalhava em relação estreita com as demandas do mercado e pesquisa aplicada. Sobre as condições de trabalho dos professores, estes, já na época da transição entre os vários modelos de EP que levaram a criação dos IFs, manifestaram-se no sentido de busca por alternativas para a diminuição do número de aulas. O autor afirma que a maneira como estão organizados os IFs tende a isolar os professores do ensino técnico e os professores do ensino propedêutico, que acabam não realizando um trabalho conjunto, criando “feudos” e muitos outros

conflitos dentro da instituição causados pelas constantes mudanças e imposições das legislações educacionais.

Além da perda de identidade trazida pelo modelo do IF ao transformar uma escola voltada primordialmente para o ensino técnico, há ainda outras críticas dos professores sobre a rápida multiplicação apressada dos *campi* pelo interior do estado de São Paulo, sem que estivessem, no entender de alguns entrevistados, criadas as estruturas e as condições de trabalho necessárias para a oferta de ensino de boa qualidade. Em suas entrevistas com os docentes, há mais críticas aos efeitos negativos da verticalização para o ensino técnico, “[...] que acabaria por perder espaço para os cursos de nível superior e, mais que isso, tenderia a ser desvalorizado, isto implicando a desvalorização profissional dos docentes vinculados ao primeiro”. (FERRETI, 2011, p. 791).

O pesquisador afirma ainda que, no caso dos IFs, como há a exigência legal de a Instituição oferecer 50% das vagas para o Ensino Médio, haveria a possibilidade de todos os professores poderem atuar também no Ensino Superior, o que, obviamente, acarreta sobrecarga de trabalho, “[...] implicando, como assevera Hypolito (2010, p. 1346, citado por Ferreti, 2011, p. 800), mais tarefas e responsabilidades extras, mais relatórios e registros escolares, maior intensificação do trabalho, menor tempo para preparação e estudo”

Outro aspecto da verticalização seria o plano de carreira dos docentes, que passa a valorizar mais a titulação do que a experiência no trabalho. Isso faz com que professores que realizam o mesmo trabalho recebam valores diferentes. Todas essas reformas vieram sem o devido debate e participação do corpo docente e técnico como forma de minimizar as possíveis resistências à materialização da agenda reformista. O autor finaliza o texto enfatizando a necessidade de os professores conhecerem e estudarem o que vem a ser a formação politécnica e omnilateral, conforme proposta por Marx e Gramsci, especialmente se a educação politécnica for entendida na perspectiva marxiana, ou seja, como ação política e não apenas como estratégia pedagógica.

O artigo “A complexa construção de sentidos no cotidiano escolar: o caso da área de design do campus Pelotas do Instituto Federal Sul-rio-grandense”, de Jair Jonko Araújo, publicado em 2014, discute como os professores da área de Design do campus Pelotas do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) estão produzindo sentidos em seus processos cotidianos de (re)construção da prática curricular, especificamente no ensino, na pesquisa e na extensão. O pesquisador buscou, junto aos professores do Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRSG), os sentidos, as “[...] relações e os movimentos de resistência, enfim, discute, em uma instituição com privilegiado espaço de autonomia, possibilidades e limitações da autonomia docente para construção de práticas curriculares diferenciadas”. (ARAÚJO, 2014, p. 210).

Araújo (2014) destaca os conflitos internos existentes na Instituição, principalmente aqueles causados a cada reforma educacional proposta pelo Ministério da Educação (MEC). O autor ainda ressalta a fala de alguns docentes ao comparar os antigos e novos professores que vieram a partir da transformação do CEFET em IF, no qual os novos professores, apesar de terem a titulação semelhante aos antigos, vinham com uma cultura universitária de foco na pesquisa, enquanto os antigos professores tinham o foco no ensino técnico. O pesquisador finaliza o texto enfatizando a falta de cultura docente para a realização da pesquisa e da extensão e pergunta: “Isto induz a questionar-se: O que é pesquisa e extensão para estes docentes ou de que pesquisa e extensão eles estão falando?” (ARAÚJO, 2014, p. 226). Ainda acrescenta que os professores assumem a pesquisa e a extensão como obrigação – “[...] é uma necessidade institucional, a instituição mudou e ‘tem o dever de’, é uma necessidade em função do curso superior [...]”; e que essas funções ainda estão “[...] ‘engatinhando’ no *campus* [...]” (ARAÚJO, 2014, p. 226); e destaca a necessidade de regulamentação da carga horária docente. A verticalização é vista como um grande processo de reestruturação curricular. O autor destaca que os professores não se sentem intensificados, mesmo que possam se considerar cansados pelo grande número de demandas a serem atendidas e finaliza observando a

necessidade de respeitar os espaços e tempos e de formação coletiva dos principais sujeitos do processo educacional: os professores e os estudantes.

O artigo de Deise Mancebo e João dos Reis Silva Júnior, intitulado “Expansão da Educação Superior e a reforma da Rede Federal de Educação Profissional”, publicado em 2015, discute a expansão da rede federal de EP no Brasil. Os autores indicam que a expansão da Educação Superior por meio dos IFs repete uma tendência mundial na Educação Superior, que é a diversificação de sistemas educacionais, comportando funcionalidades e arranjos diversos e destinado a segmentos populacionais também diferentes. Essa tendência “[...] internacional é fortemente incentivada (praticamente induzida) por organismos internacionais, dentre os quais, o Banco Mundial que apresenta papel de destaque”. (MANCEBO; SILVA JÚNIOR, 2015, p. 74). Em documento de 1994, o Banco Mundial (BM) indica que o crescimento da Educação Superior deveria se dar pela via da expansão do ensino privado, busca de recursos alternativos ao ensino público (cobrança de mensalidade, por exemplo), busca de uma maior “eficiência” interna (otimização do uso do espaço físico, aumento do número de alunos por professor), ênfase na educação a distância (EaD), diversificação das instituições de Ensino Superior, entre outras. Destaca-se aqui a crítica do BM ao modelo da universidade de pesquisa, “muito dispendiosa”, por isso a defesa da criação de instituições de nível superior não universitárias.

Segundo os pesquisadores, quase 20 anos depois, o Brasil praticamente seguiu toda a cartilha do BM, acompanhando uma tendência irreversível de diversificação da Educação Superior já presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB 9394/1996). O que o BM chama de “educação terciária” ressignifica a Educação Superior como ensino pós-secundário. Isto “parece afetar especialmente o trabalho do professor e a formação que, com muita facilidade, pode ser deslocada para mera capacitação ou até mesmo reciclagem” (MANCEBO; SILVA JÚNIOR, 2015, p. 77); um ensino desvinculado da pesquisa e da produção crítica e criativa do conhecimento, mas organicamente vinculado ao mercado e suas demandas.

A partir da criação dos IFs o Ensino Superior ganha novo lócus, que é chamado pelos autores de “hibridismo”, devido a todas as novas demandas que os IFs teriam de dar conta. Os autores destacam ainda o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), que aponta a grave falta de docentes para atuar nos recém-criados Institutos, chegando a 20% no ano de 2013. A falta de docentes faz com que os professores sejam sobrecarregados e tenham de atuar em todos os níveis, inclusive o Superior, sem qualquer experiência ou formação, o que pode comprometer a qualidade do ensino, sem contar os atritos internos entre os docentes de maior titulação que não desejam lecionar em mais nenhum curso que não sejam os de Ensino Superior.

No trabalho de Arruda e Paula, intitulado “Os Institutos Federais como instituição formadora de professores: expectativas e contradições”, apresentado no XVI Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino (ENDIPE), em 2012, as autoras discorrem sobre as múltiplas funções atribuídas aos IFs, dentre elas, a oferta de licenciaturas para formar professores para atuar na Educação Básica como forma de suprir a carência destes no Ensino Médio, especialmente nas áreas de Química, Física, Matemática e Biologia. As autoras se propõem a “[...] pensar o processo de deslocamento da formação docente para os IFs, instituições em que predomina a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”. (ARRUDA; PAULA, 2012, p. 7). No texto, fica clara a nova institucionalidade imposta às diversas escolas técnicas federais agrupadas para a criação dos IFs, que trouxe a possibilidade de levar ensino técnico e superior para regiões menos favorecidas do país, assim como resultou em desafios e metas calcadas em dados quantitativos. A previsão legal de ofertar educação básica profissional e nível superior leva as autoras a “[...] questionar se paralelamente à verticalização das estruturas de poder, político-administrativas, não se instala também um movimento de flexibilização e polivalência da prática docente nestas instituições”. (ARRUDA; PAULA, 2012, p. 9). As autoras afirmam que o perfil de professor que pode atender a tantas demandas concomitantemente se parece com o perfil do profissional exigido pelo capitalismo tardio, ou seja, um

docente “flexível, polivalente e rápido na articulação de suas competências em prol dos objetivos da organização”. (ARRUDA; PAULA, 2012, p. 10).

O trabalho “Adoecimento docente na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em Minas Gerais. Um fenômeno possível?”, de Vieira Júnior, Oliveira e Goes, apresentado no IV Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (SENEPT) em 2014, aborda um tema comum na Educação Básica brasileira, que é a síndrome da desistência, também conhecida como síndrome de Burnout. Os pesquisadores investigam até que ponto os professores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) também estariam submetidos aos efeitos desse fenômeno, que é relacionado “[...] influenciado pelo cenário capitalista de produção que, em constante transformação, expõe o professor a extensa demanda de atividades e condições de trabalho inadequadas, as quais são geradoras de aumento de produtividade e consequente intensificação do trabalho”. (VIEIRA JÚNIOR; OLIVEIRA; GOES, 2014, p. 1).

Trata-se de uma pesquisa quantitativa de caráter exploratório e descritivo; o público foi composto de professores e professoras da Rede em Minas Gerais; foi utilizado um survey com 267 professores, dos quais 90 são do sexo feminino. Após a realização da pesquisa, foi constatado que os docentes pesquisados da RFEPCT de Minas Gerais tiveram menos afastamentos que os professores do mesmo estado, vinculados à rede de educação municipal e estadual. Os pesquisadores acreditam que as condições de trabalho na Rede Federal sejam mais favoráveis. A pesquisa aponta elementos iniciais sobre esse público, visto que há poucos estudos sobre o adoecimento dos professores que compõem a RFEPCT. Os autores concluem indicando a necessidade de prosseguir as pesquisas desse tipo, pois o trabalho docente está relacionado à melhoria nas condições de vida dos professores, no trabalho e fora dele.

O texto intitulado “O trabalho docente na educação profissional técnica”, apresentado por Graziela Ninck Dias Menezes na 37ª Reunião Anual da ANPED em 2015, trata da constituição da docência, e como os sentidos de trabalho e de técnica atravessam a profissão dos professores na EPT. A pesquisa foi desenvolvida no

Instituto Federal de Educação e Tecnologia da Bahia (IFBA), em um campus em processo de implantação. A autora faz um breve relato sobre as recentes mudanças acarretadas na EP, em especial nos IFs e suas novas funções, e fala das consequências para o trabalho dos professores: “Assim, surgem demandas para os docentes que implicam diretamente na organização didática do seu ensino, bem como nas práticas educativas que perpassam dimensões do trabalho docente intensificados no processo de implantação de novos *campi* [...]” (MENEZES, 2015, p. 3). A pesquisadora destaca ainda a dimensão objetiva das condições de trabalho docente e da organização do tempo como elementos para compreensão desse trabalho e para a constituição da identidade desse professor.

A autora também fala das condições gerais do trabalho docente: “ficou evidente que diante da necessidade de atendimento das demandas administrativas, fruto da implantação de novos *campi* ou institutos, os professores vêm passando por um processo de sobrecarga do trabalho.” (MENEZES, 2015, p. 7). Assim, o processo de produção de documentações e de organização da cotidianidade da escola, além do atendimento de alunos, implicam no trabalho docente que precisa ir se ajustando à medida que a própria organicidade da escola vai se construindo, exigindo um modo de atuar que perpassa pela gestão, pela elaboração de projetos, pelo desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão com demais profissionais da Educação.

3. Algumas conclusões

Após a busca por produções acadêmicas acerca do trabalho docente na verticalização dos IFs, foram encontrados poucos estudos sobre a verticalização em si. Foi possível constatar que normalmente o tema da verticalização aparece atrelado ao trabalho docente como tópico subjacente que leva o trabalho dos professores a uma condição inédita no cenário educacional brasileiro, ou seja, os docentes têm

de dar conta das múltiplas demandas trazidas pela nova institucionalidade verticalizada promovida pelos IFs, o que leva os professores a um trabalho polivalente.

A nova institucionalidade dos IFs foi um tema recorrente, pois agregou instituições antigas e criou outras totalmente novas. A partir dos estudos, fica clara a contradição dessa nova institucionalidade, pois, ao mesmo tempo que os Institutos representam a expansão e acesso à EP e de nível superior, principalmente nos locais mais distantes dos centros urbanos, também fica evidente que a expansão se deu de maneira acelerada, e que nem todos os *campi* contam com as condições materiais de execução da tarefa a que se propõem. Os atores que compõem essa nova Instituição não sabem com clareza o que é um IF e qual o seu foco. Há uma demanda para que os IFs cumpram o papel das universidades e das escolas técnicas, ao mesmo tempo e no mesmo espaço físico, o que pode levar a falta de condições de trabalho, sobrecarga e demandas excessivas.

A verticalização foi tratada nos estudos numa conjuntura mais ampla da expansão do ensino técnico e superior, aliada ao alcance de metas quantitativas determinadas por agentes externos a aos IFs, tais como órgãos de controle. O conceito de *otimização* já surge nesse contexto como diretriz do BM para que as Instituições de nível superior sejam diversificadas e que se tenha um sistema mais eficiente no qual os espaços físicos das Instituições sejam totalmente aproveitados, bem como haja um aumento numérico na relação aluno/professor e, como resultado, promove a diminuição da autonomia das Instituições e intensificação do trabalho docente.

Diversos estudos destacaram o importante papel dos CEFETs nesse processo de transição, pois indicam que seu modelo foi a base para a criação dos IFs. Os autores analisados neste texto assinalam que a ideia do Governo Federal era barrar a criação de novas universidades tecnológicas, pois se acredita que o modelo de universidade tende a se afastar da pesquisa aplicada e do ensino técnico. O modelo de CEFET, aquele que já realizava a verticalização, pesquisa aplicada e tinha proximidade com o mercado, seria o ideal a ser seguido para todo o Brasil, porém nos moldes de uma nova instituição denominada Instituto Federal. Contudo, as pesquisas indicaram

que a historicidade dos CEFETs foi negada a partir do momento em que se pretende repetir um modelo de escola que foi construído ao longo de quase um século. O modelo de educação que foi atingido pelos CEFETs não se deu espontaneamente. Surgiu por meio de circunstâncias políticas, econômicas e históricas determinadas. Trata-se de um caminho percorrido de construção dessa realidade de escola pública federal de EPT com corpo docente qualificado e experiente. Alguns dos novos IFs e seus diversos *campi* surgiram sem esse percurso histórico, ou a partir de uma escola agrotécnica sem as características ideais dos CEFETs, como é o caso do Instituto Federal de Brasília (IFB), objeto desta pesquisa.

Foi perceptível nas diversas pesquisas as tensões e os conflitos causados pela nova institucionalidade verticalizada; o embate entre antigos docentes das escolas técnicas federais e os novos docentes que acessaram os IFs após a sua criação por meio dos vários concursos públicos realizados. Nos estudos apresentados, há relatos de professores que somente querem lecionar no Ensino Superior, pois não se sentem preparados para o ensino técnico, nem do ponto de vista da formação inicial, nem da experiência profissional na área. Aqueles professores que atuam prioritariamente no Ensino Médio nos IFs poderiam se sentir desprestigiados ou relegados a um nível educacional considerado “menor”.

As questões pedagógicas voltadas para o desenvolvimento de múltiplos currículos, a integração entre os professores de cursos e áreas diferenciadas e a falta de formação para que o docente possa atuar na verticalização dos diversos níveis e modalidades, principalmente, mas não exclusivamente, os bacharéis docentes, também apareceram como um fator importante na efetivação do trabalho docente nos IFs. A formação continuada dos professores ou o estabelecimento de indicadores de qualidade surgiram em algumas pesquisas como soluções para essa questão da atuação na verticalização, porém as pesquisas que enfatizam a formação ou os parâmetros de qualidade como soluções para os problemas trazidos pela verticalização não levaram em conta as condições objetivas de trabalho dos docentes.

Os autores pesquisados enfatizaram que a política de criação dos IFs se caracterizou pelo fato de ser uma política de cima para baixo. O que transparece nos textos é a maneira como os decretos e leis são editados; e parece não haver participação dos principais interessados e envolvidos, os professores, que serão aqueles que levarão a cabo as políticas que se concretizam na Instituição. A percepção pelos professores de que as políticas públicas para a educação são imposições geram conflitos, contradições e embates dentro dos IFs, sem diálogo entre aqueles que pensam e aqueles que executam as políticas educacionais.

A partir deste estudo, propomos o avanço na discussão da verticalização, do ponto de vista do trabalho docente nos IFs, bem como da política de expansão educacional.

Referências

ARAÚJO, Jair Jonko. A complexa construção de sentidos no cotidiano escolar: o caso da área de Design do campus Pelotas do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense. *Currículo sem Fronteiras*, v. 14, n. 3, p. 208-229, set./dez. 2014. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol14iss3articles/jonko_araujo.pdf. Acesso em: 10 mar. 2015.

ARRUDA, Maria da Conceição Calmon; PAULA, Lucília Augusta Lino de. Os Institutos Federais como instituição formadora de professores: expectativas e contradições. In: XVI ENDIPE - ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO – UNICAMP, Campinas. 2012. *Anais...* Campinas, 2012.

BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 10 fev 2010.

FERNANDES, Maria Regina da Silva. *O processo de verticalização da educação profissional e tecnológica e suas implicações na qualidade do trabalho dos docentes do Campus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha*. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2013.

FERRETI, Celso João. Problemas institucionais e pedagógicos na implantação da reforma curricular da educação profissional e técnica de nível médio no IFSP. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 32, n. 116, p. 789-806, jul.-set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a10v32n116.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). *A experiência do trabalho e a Educação Básica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 11-28.

GONÇALVES, Sandra Lúcia. *A expansão da rede de educação profissional, científica e tecnológica: implicações nas relações e condições de trabalho no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás*. 2014. 219 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

KUENZER, A. Z. O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-874, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302010000300011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 abr. 2015.

MANCIBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Expansão da Educação Superior e a reforma da Rede Federal de Educação Profissional. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 51, n. 37, p. 73-94, jan./abr. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Downloads/7172-Texto%20do%20artigo-18348-2-10-20170417.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2015.

MENEZES, Graziela Ninck Dias. O trabalho docente na educação profissional técnica. In: 37ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, UFSC, Florianópolis, 04 a 08 de outubro de 2015.

RAMOS, Elbo Lacerda. *Consensos e dissensos em torno da alteração do centro de atuação das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de origem agrícola: representações do trabalho docente*. 2011. 150 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2011.

RUFINO NETO, Joaquim. *A missão institucional do campus Crato do IFCE: percepção da comunidade escolar sobre os avanços e desafios para desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão em um novo projeto de sociedade*. 2012. 65 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2012.

VERDUM, Priscila de Lima. *Formação inicial de professores para Educação Básica, no contexto dos IFs: propondo indicadores de qualidade, a partir de um estudo de caso no IFRS*. 2015. 281 f Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

VIEIRA JÚNIOR, Paulo Roberto; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro; GOES, Flávia Temponi. Adoecimento docente na Rede Federal de Educação profissional Científica e Tecnológica em Minas Gerais. Um fenômeno possível? In: IV SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SENEPT), 2014.

Profissionalidade docente na Educação Profissional

Este livro é fruto do esforço coletivo realizado na Universidade de Brasília (UnB) empreendido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Atuação de Professores/Pedagogos (GEPFAPe). Esse esforço girou em torno de uma questão central: *Quais são as dimensões constitutivas da profissionalidade docente na Educação Profissional?*. Tomou, assim, o Instituto Federal de Brasília (IFB) como o principal campo de pesquisa. O IFB, único na capital federal, mediante transformação da Escola Técnica Federal de Brasília (ETFb), mostrou-se ser uma instituição peculiar para analisarmos a construção da profissionalidade docente dentro desse cenário de oferta da Educação Profissional na região. Trata-se de obra que buscou constituir em práxis a pesquisa acadêmica sob os princípios do trabalho coletivo e da reflexão e intervenção social na constituição da formação de professores. Teve como desafio dialogar com gestores e professores licenciados nas diversas áreas e na Pedagogia, além dos professores-bacharéis, que constroem a profissionalidade docente para atuar na Educação Profissional no cotidiano dos institutos federais no Brasil.

As organizadoras



EDITORA



UnB